



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONTRATO Nº 030/2011 - CJF

PROCESSO Nº 2011160442

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2011

DADOS SOBRE A EMPRESA				
CONTRATADA: Orion Telecomunicações, Engenharia Ltda.				
CNPJ/MF: 01.011.976/0001-22				
ENDEREÇO: SCS, Quadra 04, Bloco A, Ed. Vera Cruz, 6º andar				
TELEFONE/ (comercial@grupoorion.com.br)	E-MAIL:	3314-1099/ 84074858	(rodrigo@grupoorion.com.br)	
REPRESENTANTE: Rodrigo Veloso Mizuno - Procurador				

DADOS DO CONTRATO
OBJETO contratação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e subsidiariamente na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e no que consta do PA nº 2011160442.
VIGÊNCIA: 30/09/2011 a 29/09/2012
VALOR DO CONTRATO: R\$ 318.000,00
UNIDADE FISCALIZADORA: STI – Subsecretário de Tecnologia e Suporte Técnico



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CONTRATO N.º 030/2011-CJF

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA SALA-
COFRE MODULAR, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO DA JUSTIÇA
FEDERAL E A EMPRESA ORION
TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA
LTDA, NA FORMA E CONDIÇÕES A
SEGUIR:**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, Órgão integrante do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.508.903/0001-88, com sede no SCES, Trecho 03, Lote 09, Pólo 08, Prédio do Conselho da Justiça Federal, Brasília-DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Secretária-Geral, Senhora EVA MARIA FERREIRA BARROS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF nº 188.490.083-68 e portadora da C.I. nº 666.351 SSP/DF, residente e domiciliada nesta Capital, e a empresa **ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.011.976/0001-22, com sede no SCS, Quadra 04, Bloco "A", Ed. Vera Cruz, 6º andar, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio Diretor, Senhor GUILHERME DE SIQUEIRA BARROS, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 552.253.221-15 e portador da C.I. nº 1.172.917 SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital, **CELEBRAM** o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA**, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e subsidiariamente na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e no que consta do Processo nº 2011160442, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal – CJF, abrangendo manutenção preventiva programada, manutenção corretiva, manutenção evolutiva de software e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos, em estrita conformidade com as condições e quantitativos, estabelecidos neste Contrato e nos seus **ANEXOS: I - Termo de Referência; II – Planilha de Formação de Preços.**

1.2. O detalhamento do objeto são apresentados nos Anexos I -Termo de Referência e II – Planilha de Preços ambos do edital, os quais aderem a este contrato e dele fazem parte, independentemente de transcrição.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA,
CORRETIVA E EVOLUTIVA**

2.1 – Todas as requisições de execução de serviço serão formalizadas através de “Ordem de Serviço”, que deverão ser autorizadas pelo Contratante e encerradas conforme descrito nos subitens 10.2.1 a 10.2.3.

2.2 – Serão considerados como “Ordem de Serviço” todos os chamados de suporte corretivo, solicitações de serviços encaminhados por e-mail, aprovações de cronogramas de atividades e pedidos formalizados em documentação apropriada.

2.2.1 – Ordens de Serviço abertas através de chamadas telefônicas ou e-mail, a Contratada fornecerá número de identificação do pedido, os prazos de atendimento conforme constante do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato e terão início a partir do registro da solicitação por telefone ou do recebimento do e-mail.

2.2.2 – Os demais formatos de solicitação deverão estar assinados pelo Contratante e com visto ou comprovante de entrega pela Contratada.

2.3 – As Ordens de Serviço deverão atender os Níveis Mínimos de Serviço descritos nos subitens 10.3.1 a 10.3.8.

2.3.1 – Por necessidade de serviço, o Contratante poderá solicitar a escalção de problema para níveis superiores de severidade. Passando os prazos de solução a contar do início novamente.

2.3 – As manutenções preventiva e corretiva deverão contemplar a reposição de todas as peças e componentes defeituosos.

2.4 – A manutenção evolutiva dos softwares deverá contemplar o fornecimento, instalação e configuração das novas versões e/ou release e atualizações lançadas durante a vigência deste Contrato, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo Conselho da Justiça Federal.

2.4.1 – A Contratada deverá efetuar todos os testes de adequação do ambiente contratado antes de efetivar a recomendação de aplicação ou não, devendo proceder conforme descrito nos subitens 6.8.1 a 6.8.6 do Anexo I deste Contrato.

2.5 – A manutenção corretiva será feita mediante solicitação do CONTRATANTE e compreenderá as providências para reparar e corrigir os componentes da Solução de Sala-cofre em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos eventualmente apresentados.

2.6 – A manutenção preventiva programada que se destina a prevenir indisponibilidades e/ou falhas dos componentes da Solução de Sala-cofre em suas instalações, subsistemas, periféricos e sistemas internos de controle do ambiente, mantendo-se em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

2.6.1 – A manutenção preventiva deverá ser realizada conforme acordado em reunião com o Contratante, com especial atenção à periodicidade de execução dos serviços, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, criando um cronograma de análise a ser aprovado pela área responsável.

2.6.1.1 – No caso de alteração do cronograma, deverá ser observado o mesmo procedimento definido no item anterior.

2.7 – As chamadas para manutenção corretiva serão realizadas por Chamado de Suporte Técnico diretamente a Contratada quando detectado a falha ou erro, conforme itens 6.4 a 6.6 do Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

2/26



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

2.8 - A Contratada disponibilizará Central de Atendimento e Suporte para ligações gratuitas, modelo 0800 ou por telefone com DDD de Brasília-DF, para registrar e fornecer o número do chamado ou pedido no primeiro contato telefônico.

2.9 - As manutenções deverão ser realizadas conforme descrito no item 5 - Requisitos da Contratação - do Anexo I deste Contrato.

2.10 - Com relação às Certificações ABNT NBR 1524 e NBR 60529, a Contratada deverá obedecer o disposto nos itens 6.9 a 6.10 do Anexo I deste Contrato.

2.11 - Os chamados e/ou pedidos de serviços deverão cumprir o disposto nos itens 6.11 a 6.16 do Anexo I deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

3.1 - As partes desde já ajustam que não existirá para o CONTRATANTE qualquer solidariedade em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os profissionais da CONTRATADA destacados para executar os serviços, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, entre os quais os encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos profissionais destacados, assim como por tudo mais quanto as leis sociais e trabalhistas lhes assegurem, inclusive férias, 13º salário, aviso-prévio, indenizações, etc.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1 - Além das obrigações expressamente previstas neste Contrato, no seu Anexo I, e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:

a) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros incidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

b) responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

c) arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços;

d) assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Contratante;

e) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

f) assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;

g) assegurar que todos os serviços sejam executados por técnicos qualificados e que sejam utilizadas peças originais e novas indicadas pelo fabricante dos equipamentos, as quais deverão estar acompanhadas com seus respectivos certificados de garantia;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

h) levar imediatamente ao conhecimento do contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para adoção das medidas cabíveis;

i) garantir o funcionamento do ambiente com relação aos equipamentos instalados, incluindo todos os serviços, configurações e fornecimento de peças, durante a vigência deste Contrato;

j) garantir a Certificação ABNT NBR 16241 e NBR 60529, com o grau de proteção IP67, da sala, respeitando todos os procedimentos e modelos definidos pela norma e recertificando a sala quando necessário;

k) executar o monitoramento, operação e suporte de infraestrutura da solução, nas atividades constantes dos subitens 5.1.6.1 a 5.1.6.9 do Anexo I deste Contrato;

l) atender as atividades da sala-cofre e seus sistemas componentes, por meio de técnicos especializados com supervisão do Contratante, conforme descrito nos subitens 5.1.7.1 a 5.1.7.9 do Anexo I deste Contrato;

m) atender à definições, premissas técnicas e recomendações do Contratante na execução dos procedimentos constantes dos subitens 5.2.1 a 5.2.13 do Anexo I deste Contrato;

n) atender ao constante dos subitens 5.3.1 a 5.3.6 do Anexo I deste Contrato;

o) substituir, no prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas, qualquer equipamento, por outro novo, de primeiro uso, com características idênticas ou superiores, nos casos de:

o.1) apresentar divergência com as especificações descritas na proposta apresentada; e

o.2) se, no período de 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura de chamado técnico, ocorrer defeitos recorrentes que não permitam seu correto funcionamento, mesmo tendo havido substituição de peças e componentes mecânicos ou eletrônicos;

p) manter, durante a execução do contrato as condições que ensejaram sua contratação.

4.2 - Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea "p" do item 4.1.

4.3 - Além das obrigações previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

a) permitir acesso dos representantes e dos recursos técnicos da Contratada ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados e respeitadas as normas de segurança do Contratante;

b) assegurar, aos técnicos credenciados, o livre acesso aos equipamentos e aos locais de sua instalação, prestando-lhes os esclarecimentos eventualmente solicitados;

c) cumprir rigorosamente a orientação técnica da Contratada;

d) efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados neste contrato;

e) proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o estabelecido neste Contrato e seus Anexos;

f) fiscalizar o cumprimento das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade deste Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1 - As partes ajustam que os preços a serem cobrados pelos serviços objeto deste Contrato são os constantes do Anexo II deste Contrato e da proposta da CONTRATADA.

5.2 - O preço de que trata o subitem 5.1 desta Cláusula refere-se a data da apresentação da proposta (23/09/2011), compreendendo todas as despesas concernentes ao objeto deste Contrato, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E ACOMPANHAMENTO

6.1 - O recebimento e a aceitação do objeto deste contrato obedecerão, no que couber, ao disposto no art. 73, incisos II, e seus parágrafos, art. 75 e art. 76 da Lei n.º 8.666/93.

6.2 – O recebimento e acompanhamento dos serviços ficará a cargo da Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico do CONTRATANTE.

6.2.1 – O recebimento caracterizar-se-á pela aposição do atesto no verso da nota fiscal de cobrança pelo fiscal do Contrato.

6.3 – As decisões e providências que por ventura ultrapassem a competência da Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas necessárias;

6.4 – A fiscalização exercida pela Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada, pela completa e perfeita prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, com a apresentação pela Contratada da Nota Fiscal juntamente com os Relatórios Mensais onde serão contabilizados os serviços prestados e efetuados através de crédito em conta bancária da CONTRATADA.

7.2 - O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

7.3 - O CONTRATANTE exigirá, por ocasião de cada pagamento, a comprovação pela CONTRATADA perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF), regularidade junto à Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União). Poderá ser dispensada a apresentação dos referidos documentos, se confirmada sua validade em consulta on line ao SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores.

7.4 - Para os fins previstos no item 7.1 a CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, nota fiscal de cobrança acompanhada do Relatório Mensal, e se for o caso, documentação comprobatória das glosas.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

7.4.1 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente o cumprimento de qualquer obrigação imposta à CONTRATADA inclusive em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.5 - O pagamento será efetuado somente após o recebimento do serviço e aposição do Atesto no verso da Nota Fiscal de cobrança que ficará a cargo da Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico do CONTRATANTE.

7.6 - A fim de que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal constando a indicação do Banco, da Agência e do número da Conta-corrente onde deverá ser efetuado o crédito.

7.7 - As notas fiscais de cobrança deverão ser endereçadas à Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico e entregues na Seção de Protocolo do CONTRATANTE, situada no SCES, Lote 09, trecho III, Pólo 08, Térreo, Prédio do Conselho da Justiça Federal, Brasília-DF.

7.8 - Apresentada a nota fiscal de cobrança na forma aqui estabelecida, terá o CONTRATANTE o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento, contados a partir do recebimento.

7.9 - Caso a CONTRATADA deixe de apresentar a nota fiscal ou o faça com incorreções os valores a serem posteriormente cobrados serão os vigentes na data em que o faturamento deveria ter sido realizado.

7.9.1 - O pagamento efetivado na forma aqui mencionado não gera direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.10 - Poderá o CONTRATANTE, após efetuar análise da(s) nota(s) fiscal(is) de cobrança, efetuar glosas sobre os valores cobrados, conforme descrito nos subitens 7.9.1 a 7.9.8 do Anexo I deste Contrato.

7.10.1 - Ocorrendo glosa, esta será deduzida da própria nota fiscal de cobrança, devendo o CONTRATANTE oficial à CONTRATADA sobre as razões que ensejaram o desconto.

7.10.2 - No caso de atrasos superiores ao descrito nos subitens 7.9.1 a 7.9.8 do Anexo I, além da aplicação das glosas, a Contratada poderá ser advertida pelo Contratante.

7.11 - Deverão ser novamente cobrados, com os valores vigentes à época da primeira cobrança, as quantias que tenham sido glosadas em virtude do não atendimento as exigências estipuladas.

7.12 - Na hipótese de ocorrer atraso nos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor faturado será atualizado monetariamente pelo percentual *pro rata temporis* do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP/DI conhecido quando do faturamento, compreendido entre a data limite estipulado para pagamento e aquela em que se der o efetivo pagamento.

7.13 - Também serão corrigidos na forma do item 7.12 os valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

6/26



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - O valor anual estimativo do presente contrato é de R\$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais).

8.2 - As despesas com a execução deste contrato serão atendidas, no exercício de 2011, com os recursos consignados no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas, discriminados a seguir: Programas de Trabalho: 000.821 e Elementos de Despesa 33.90.39.

8.3 - Foi emitida a Nota de Empenho n.º 2011NE000584 no valor de R\$ 53.001,00 (cinquenta e três mil e um real) à conta da dotação orçamentária especificada no item 8.2 deste contrato.

8.4 - Observada a limitação constante do § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93 poderá o CONTRATANTE, promover alterações unilaterais no objeto do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - Este contrato entra em vigor a partir data de sua assinatura, vigorando por **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante termo aditivo, até o limite de **60 (sessenta) meses**, incluindo os primeiros **12 (doze) meses** de vigência.

9.2 - Este instrumento tem seu término previsto para **29/09/2012**.

9.2.1 - A prorrogação do presente contrato ficará adstrita a existência de créditos orçamentários para fazer face as referidas despesas nos exercícios subseqüentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

10.1 - Os preços dos serviços pactuados na Cláusula Quinta poderão ser reajustados anualmente, devendo as partes, na ocasião, negociar o percentual a ser aplicado.

10.2 - Quando da negociação do reajustamento dos preços, as partes observarão para que o percentual a ser aplicado não seja superior à variação acumulada do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, compreendida entre a data da apresentação da proposta e aquela em que se verificar o aniversário anual da celebração deste contrato.

10.3 - Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.3.1 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

10.4 - incumbe à Contratada a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo;

10.5 - após análise e aprovação da memória de cálculo, apresentada pela Contratada, aos setores competentes do Contratante, o reajuste contratual será apostilado nos termos do Artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/1993.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Conselho da Justiça Federal e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 7º e 9º da Lei n. 10.520/2002, artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, e os artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, cabendo defesa prévia, recurso e vista do processo, nos termos do artigo 109 do referido diploma legal.

11.2 - Para os fins previstos nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, ficam estipulados as penalidades e os percentuais abaixo descritos:

11.2.1 Advertência

11.2.2 Multa de:

11.2.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado, por dia de atraso na entrega do cronograma de visitas e vistorias mensais, limitado a 10% (dez por cento).

11.2.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total de quaisquer das obrigações previstas.

11.2.2.3 - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

11.2.2.4 - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, no caso do ambiente objeto da contratação perder a certificação NBR ABNT 15247 ou NBR 60529, com o grau de proteção IP67.

11.3 - Além das multas acima previstas poderá ser aplicada ainda as penas de Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por 02 (dois) anos e de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

11.5 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo.

11.6 - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, a critério da Administração.

11.7 - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

11.8 - A critério da autoridade competente do Conselho, com fundamento nos Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados e desde que formuladas, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data em que for oficiada da pretensão no sentido da aplicação da pena.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - O presente contrato poderá ser rescindido ocorrendo uma ou mais hipóteses previstas no art. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

12.2 - Na hipótese da rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

12.2.1 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 dias úteis da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual ou da diferença entre estes e os créditos retidos.

12.2.2 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LICITAÇÃO

13.1 - A presente contratação foi antecedida de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 32/2011, razão pela qual ficam fazendo parte integrante do ajuste, independentemente de transcrição, as disposições contidas no instrumento convocatório, bem como as condições propostas pela CONTRATADA naquilo em que não contrariarem o que aqui ficou estipulado.

13.2 - Integram também o presente contrato, independentemente de transcrição, as disposições constantes da Lei nº 8.666/93, naquilo em que lhe seja aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - O CONTRATANTE fiscalizará como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste contrato.

14.2 - Caberá à Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico do CONTRATANTE exercer a fiscalização acima estabelecida, conforme descrito no subitem 10.1.1 do Anexo I deste Contrato.

14.3 - A fiscalização da execução deste contrato por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação às obrigações por ela assumidas.

14.4 - O servidor da Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico do CONTRATANTE incumbido da fiscalização da execução deste contrato, terá autoridade para definir toda e qualquer ação de orientação geral, controle e acompanhamento, fixando normas nos casos não especificados e determinando as providências cabíveis.

9/26



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - De conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

15.2 - Caberá ao CONTRATANTE promover a publicação de que trata o item 15.1 deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir as questões oriundas do presente contrato, será competente o Juízo Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura deste contrato, a CONTRATADA credenciará junto ao CONTRATANTE preposto apto a representá-la durante a execução deste contrato.


17.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei nº 8.666/93, bem como dos princípios de direito público.


17.3 - É defeso à CONTRATADA utilizar-se deste contrato para caucionar qualquer dívida ou títulos por ela emitidos, seja qual for a natureza dos mesmos.

17.4 - A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas a cumprir com as obrigações oriundas do presente contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário pelas mesmas.

E para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, foi lavrado o presente TERMO em 03 (três) vias de igual teor, uma das quais destinadas à CONTRATADA, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das partes contratantes e pelas testemunhas abaixo indicadas.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2011.


EVA MARIA FERREIRA BASTOS
Secretária-Geral do
Conselho da Justiça Federal


GUILHERME DE SIQUEIRA
Sócio-Diretor da empresa
Orion Telecomunicações, Engenharia Ltda.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO I AO CONTRATO 30/2011 - CJF

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 32/2011
PROCESSO N.º 2011160234
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 – OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, manutenção corretiva, manutenção evolutiva de software e suporte técnico, com substituição de peças, componentes e equipamentos.

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para fins de execução do contrato, a CONTRATADA deverá atender os seguintes requisitos técnicos e especificações técnicas, além das detalhadas nos anexos:

5.1. REQUISITOS INTERNOS FUNCIONAIS. A CONTRATADA deverá ter conhecimento e capacitação técnica para prestar os serviços abaixo relacionados:

5.1.1. Realizar manutenção preventiva programada, que se destina a prevenir indisponibilidades e/ou falhas dos componentes da Solução de Sala-cofre em suas instalações, subsistemas, seus periféricos e seus sistemas internos de controle do ambiente, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

5.1.2. Realizar manutenção corretiva, que compreende providências para reparar e corrigir os componentes da Solução de Sala-cofre em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos eventualmente apresentados.

5.1.3. Realizar a manutenção evolutiva dos softwares, fornecendo, instalando e configurando as novas versões e/ou releases e atualizações lançadas durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo CJF.

5.1.4. Garantir o funcionamento do ambiente com relação aos equipamentos instalados pela CONTRATADA, incluindo todos os serviços, configurações e fornecimento de peças, durante toda a vigência do contrato.

5.1.5. Garantir a Certificação ABNT NBR 15247 e NBR 60529, com o grau de proteção IP67, da sala, respeitando todos os procedimentos e modelos definidos pela norma e recertificando a sala quando necessário.

5.1.6. Executar, durante o período de vigência do contrato, o monitoramento, operação e suporte da infraestrutura da solução, para as seguintes atividades:

5.1.6.1. Parametrização, operação e auditoria técnica do ambiente;

5.1.6.2. Manutenção e suporte a todo o ambiente de software da solução, requerendo a realização de estudos comparativos, testes e homologação de configurações;

5.1.6.3. Operacionalização de soluções de aperfeiçoamento de funcionalidade, disponibilidade e configuração dos produtos da solução;

5.1.6.4. Execução de procedimentos operacionais da solução e de instalação dos componentes em conformidade com as documentações existentes e as boas práticas de mercado;

5.1.6.5. Suporte, configuração, customização, parametrização e implantação de softwares de apoio, tais como: controles de umidade, temperatura, acesso físico e lógico, e outros, visando manter a disponibilidade e o desempenho dos subsistemas;

5.1.6.6. Detecção, análise e resolução dos problemas de funcionalidade, configuração e parametrização;

5.1.6.7. Análise de registros (logs) dos equipamentos, ferramentas e softwares envolvidos na solução, com anotações em ferramentas apropriadas e geração de relatórios de desempenho.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.1.6.8. Registro, em livros ou aplicações apropriadas, de todas as ocorrências de falhas identificadas, correções, intervenções, manutenções e instalações a que cada serviço for submetido;

5.1.6.9. Geração de relatórios de ocorrências para todas as falhas de serviços classificados pelo CONTRATANTE como críticos, com informações de causa e efeito, providências e correções aplicadas e recomendações sobre as lições aprendidas;

5.1.7. Atender especificamente as seguintes atividades da sala-cofre e seus sistemas componentes por técnico especializado com supervisão do CONTRATANTE:

5.1.7.1. CÉLULA SALA-COFRE

a) Portas

i. Inspecionar, verificar e trocar os elementos desgastados das vedações, dobradiças, fechaduras, molas de tensão do fechamento automático e cabos flexíveis.

ii. Verificar e testar os eletroímãs e o *microswitch*, efetuando as correções necessárias para o perfeito funcionamento dos mesmos.

iii. Verificar e regular o alinhamento da porta e posicionamento da soleira para garantir o correto funcionamento do fechamento das portas.

b) Blindagens

i. Inspecionar e reparar todas as blindagens para cabos de energia, voz, dados e tubulações.

ii. Inspecionar e reparar as cunhas de aperto.

iii. Providenciar abertura e fechamento das blindagens para inclusão de novos cabos e tubulações conforme demanda do CONTRATANTE.

c) Iluminação

i. Verificar e testar as funções de fechamento automático da porta, alarmes, luzes, luzes de emergência e *leds* de sinalização.

ii. Fazer verificação completa das luzes e, em especial, luzes de emergência com substituição de lâmpadas e reatores no ambiente quando necessário.

d) Painéis

i. Fazer a verificação completa da integridade dos painéis, dos elementos de vedação das juntas e dos perfis de acabamento.

ii. Fazer retoques de pinturas e limpeza não abrasiva quando necessário.

e) Inspeção e avaliação geral dos elementos de estanqueidade da Sala-cofre contra fogo, água, umidade, gases corrosivos, campos magnéticos e radiação.

5.1.7.2. PISO ELEVADO

a) Nivelamento: verificação e correção do alinhamento e nivelamento das placas do piso elevado e inspeção dos pedestais e cruzetas.

b) Carregamento: reavaliação de cargas e reforço de pontos onde novos equipamentos tenham sido instalados ou remanejados.

c) Placas do Piso: substituição eventual de placas danificadas e remanejamento ou troca de placas para adequação às novas disposições dos equipamentos e ao adequado condicionamento do ar ambiente.

d) Leitos Aramados: verificação e correção do alinhamento e do torque dos elementos de fixação. Inclusão de leitos e/ou alteração de rota para atender novos equipamentos ou remanejamento dos atuais.

5.1.7.3. SISTEMA ELÉTRICO

a) Quadros de Distribuição de Energia:

i. Verificação da corrente e tensão de alimentação por fase.

ii. Reaperto geral dos componentes do quadro (régua de bornes, barramento, terminais e disjuntores).

iii. Verificação e reparo ou substituição de disjuntores, bornes, canaletas, armários e fechos do painel.

iv. Medição e balanceamento de cargas entre as fases.

v. Limpeza geral.

b) Aterramento:

i. Medição e avaliação da resistência,

ii. Verificação e reparo da malha, das conexões na estrutura e no piso e do aterramento dos equipamentos.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

c) Pontos de Energia:

i. Verificação das tomadas dos equipamentos, fixação e aperto de suportes.

ii. Instalação e mudança de pontos de energia, de acordo com a solicitação e aprovação do CONTRATANTE.

d) Serviço de Inspeção das Instalações Elétricas para a Sala-cofre, incluindo a Subestação de entrada de energia, painéis de distribuição internos às salas cofre, painéis de distribuição, aterramento. Estas inspeções terão frequência mensal e visam verificar se as orientações técnicas estão sendo implementadas, bem como a qualidade e a observância de Normas Brasileiras pertinentes a instalações.

e) Emitir Relatório Técnico de Visita após cada visita.

5.1.7.4. SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO

a) Condensador/Compressor:

i. Inspeção com verificação e correção do nível de óleo e vazamentos dos compressores.

ii. Acompanhamento da capacidade de carregamento (pressão de entrada e saída).

iii. Calibração e funcionalidade dos pressostatos e termostatos.

iv. Verificação da tensão e corrente de alimentação do compressor e do ventilador.

v. Substituição dos compressores em caso de necessidade.

vi. Limpeza geral dos equipamentos.

b) Circuito Frigorífico:

i. Inspeção e substituição dos filtros.

ii. Inspeção das válvulas e verificação da estanqueidade da tubulação.

iii. Recarga de gás refrigerante.

iv. Avaliação e substituição dos isolamentos térmicos.

v. Avaliação e aperto de suportes e fixações.

c) Evaporador:

i. Verificação e troca de filtros de ar.

d) Quadro de comando:

i. Teste dos pontos de ajustes (*set point*) de temperatura e umidade e de intertravamento de alarmes.

e) Medição e correção da temperatura e umidade de diversos pontos da Sala-cofre.

f) Efetuar balanceamento térmico do ambiente.

g) Emitir Relatório Técnico de Visita após cada visita.

5.1.7.5. SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO

a) Detecção precoce de incêndio

i. Verificar os parâmetros de configuração e de alarmes.

ii. Inspeccionar e trocar filtros de ar.

iii. Inspeccionar tubulações, orifícios, suportes e campainhas de alarmes.

b) Detecção Convencional:

i. Inspeção e testes de funcionalidade e integridade.

ii. Medição da tensão das baterias.

iii. Inspeção da continuidade dos laços e a sinalização no painel de comando.

b) Testes de funcionalidade.

i. Gás FM200:

ii. Testes sem descarga, alarmes, intertravamento, configurações e manutenção das tubulações e recipientes.

iii. Recarga de gás com Certificação de Qualidade.

5.1.7.6. SISTEMA DE MONITORAMENTO

a) Dispositivos:

i. Verificação da parametrização dos sensores.

ii. Testes de intertravamento.

iii. Inspeção do sistema de alarmes e comunicação, conectores de interligação e painéis de controle.

iv. Avaliar e corrigir comunicação via TCP/IP.

b) Relatório de "Log":

i. Avaliação contínua dos eventos e ações pertinentes.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.1.7.7. CFTV E CONTROLE DE ACESSO BIOMÉTRICO

a) Sistema de Acesso:

i. Customização do software.

ii. Verificação da configuração e teste dos leitores biométricos e de proximidade.

b) CFTV:

i. Inspeção geral.

ii. Checagem da funcionalidade e integridade dos monitores de imagem, das câmeras, cabos e dos equipamentos de gravação.

iii. Limpeza das lentes e reaperto dos suportes das câmeras.

5.1.7.8. "AS BUILT" DINÂMICO

a) Atualização permanente das plantas do layout de distribuição dos equipamentos dentro da Sala-cofre, bem como do quadro unifilar de energia, de acordo com as mudanças no ambiente.

b) Registro das mudanças no piso elevado, no leito aramado, na configuração do ar condicionado, nas tubulações de detecção e combate de incêndio.

5.1.7.9. LIMPEZA

a) Piso de fundo, Piso elevado, Leito Aramado e Cabos: limpeza a seco e aspiração de pó.

b) Portas, Elementos Laterais e de Teto, Luminária e Móveis: aspiração de pó, limpeza com pano úmido e produto químico não abrasivo.

5.2. REQUISITOS INTERNOS NÃO FUNCIONAIS. A CONTRATADA deverá atender às definições, premissas técnicas e recomendações da Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF para execução dos procedimentos abaixo relacionados, observando:

5.2.1. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações do Contratante, observando sempre os critérios de qualidade.

5.2.2. Disponibilizar número telefônico, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, para fins de abertura de chamados técnicos, assim como para acompanhamento da solução de problemas.

5.2.3. Disponibilizar os serviços de manutenção durante os 07 (sete) dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, executando-os sempre que aberto um chamado técnico pelo CONTRATANTE.

5.2.4. A CONTRATADA, independentemente do fato de ser ou não fabricante dos equipamentos fornecidos, sem ônus para o CONTRATANTE, deverá efetuar a substituição de equipamentos ou componentes defeituosos por novos, de primeiro uso, com características idênticas ou superiores aos instalados.

5.2.5. A execução de atividades de suporte deverá ser realizada nas dependências do Contratante.

5.2.6. As atividades de suporte evolutivas e proativas, assim como as programadas, deverão ser realizadas prioritariamente fora do expediente normal da organização, ou seja, durante as madrugadas ou em finais de semana e feriados.

5.2.7. Para atividades que não possuam rotinas e processos proativos normatizados, deverão ser analisadas junto com o CONTRATANTE as melhores maneiras de ativação dos serviços, executando, após autorização, as implantações necessárias e os processos de controle até que a solução esteja totalmente funcional.

5.2.8. Repassar à equipe técnica do CONTRATANTE toda a documentação técnica e/ou relatórios de execução referentes aos novos serviços implantados ou modificados.

5.2.9. Apresentar relatórios periódicos das atividades realizadas pela CONTRATADA, demonstrando os resultados promovidos pelos serviços executados.

5.2.10. Incluir nos projetos e/ou propostas proativas as especificações dos equipamentos, dos cabos e de todos os materiais e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da solução, os quais deverão satisfazer os requisitos mínimos definidos nos processos de padronização do CONTRATANTE.

5.2.11. Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do ambiente em produção, exceto as predeterminadas com a equipe do CONTRATANTE. Do mesmo modo, deverão ser observadas as rotinas internas da Organização, cujo andamento em hipótese nenhuma deverá ser prejudicado em razão de quaisquer das atividades acima mencionadas.

5.2.12. Testar todos os serviços depois de concluídos, na presença da área demandante e/ou da fiscalização do CONTRATANTE, ficando sua aceitação final dependente das características do desempenho apresentado.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.2.13. Acompanhar diariamente a qualidade e os Níveis de Serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo.

5.3. REQUISITOS EXTERNOS

5.3.1. São requisitos exigidos da CONTRATADA com relação ao Padrão de Qualidade dos Serviços:

5.3.1.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste processo de contratação, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

5.3.1.2. Manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram sua contratação.

5.3.1.3. Fiscalizar regularmente os seus recursos técnicos designados para a prestação dos serviços verificando as condições em que as atividades estão sendo realizadas.

5.3.1.4. Refazer todos os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no custo contratado, independentemente das penalidades previstas nas Ordens de Serviços e Níveis de Qualidade fixados.

5.3.1.5. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e com as orientações do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade.

5.3.2. São requisitos exigidos com relação à Política de Segurança da Informação:

5.3.2.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pelo CONTRATANTE.

5.3.2.2. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

5.3.2.3. Promover o afastamento imediato de qualquer dos seus empregados que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbem a ação da equipe de fiscalização do CONTRATANTE.

5.3.2.4. Responsabilizarem-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer.

5.3.2.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

5.3.2.6. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE.

5.3.2.7. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e às configurações de hardware e de softwares decorrentes.

5.3.2.8. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos da solução.

5.3.2.9. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, seja fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa do CONTRATANTE.

5.3.2.10. Executar todos os testes de segurança necessários e definidos na legislação pertinente.

5.3.2.11. Submeter seus empregados aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo CONTRATANTE, durante o tempo de permanência nas suas dependências.

5.3.3. Para que a CONTRATADA atenda aos requisitos exigidos com relação à Política de Controle de Acesso, deverá:

5.3.3.1. Obrigar-se a utilizar e disponibilizar ao CONTRATANTE o acesso a ferramentas de gerência que possibilitem o acompanhamento local e pelo acesso *web* do estágio dos serviços descritos e encaminhados nas Ordens de Serviços e/ou chamados.

5.3.3.2. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, observando e cumprindo as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho.

5.3.4. São requisitos mínimos exigidos da CONTRATADA com o objetivo de aperfeiçoamento do processo de Metodologia e Padronização:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.3.4.1. Depois de concluída a manutenção de qualquer equipamento, registrar detalhadamente em relatório próprio todos os procedimentos adotados para a solução dos problemas encontrados, onde constem informações referentes às substituições de peças, identificação do chamado, data e hora do chamado, início e término do atendimento, e fornecer o registro ao CJF.

5.3.4.2. Elaborar documentos, relatórios gerenciais e outros, referentes ao acompanhamento da execução das Ordens de Serviços.

5.3.4.3. Realizar os serviços de modo que não prejudiquem o andamento normal das atividades do CONTRATANTE em horário de seu expediente normal.

5.3.4.4. A CONTRATADA deverá considerar o horário de 07 horas às 20 horas como de horário normal de expediente, para os dias úteis.

5.3.4.5. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente das tarefas demandadas, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências do CONTRATANTE.

5.3.4.6. Comunicar às unidades do CONTRATANTE responsáveis pela fiscalização do contrato, por escrito, qualquer anormalidade, tanto operacional quanto administrativa, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido.

5.3.4.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica, pertinentes à execução dos serviços, que venham porventura a ser solicitado pelo CONTRATANTE.

5.3.4.8. Colocar seu corpo técnico à disposição do CONTRATANTE para orientação quanto à execução dos serviços, sempre que solicitado.

5.3.4.9. Promover a transferência de conhecimento para os técnicos indicados pelo demandante, de forma a permitir a completa gerência, operação, monitoramento e otimização da solução.

5.3.4.10. Formalizar o encerramento dos serviços, com documentação, procedimentos e termos de entrega.

5.3.4.11. Acatar as determinações feitas pela fiscalização do CONTRATANTE no que tange ao cumprimento do objeto deste Contrato.

5.3.4.12. Prestar, de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado.

5.3.5. São requisitos exigidos com relação às Normas Gerais dos Recursos contratados:

5.3.5.1. A CONTRATADA fica terminantemente proibida de utilizar qualquer servidor do CONTRATANTE na execução dos serviços contratados, nos termos do que estabelece o Art. 9º. Inciso III, da Lei nº 8.666/93, sob pena de imediata rescisão contratual.

5.3.5.2. Indicar um responsável técnico com especialidade em gerência de projetos e serviços de tecnologia de infraestrutura de TI, doravante denominado de PREPOSTO, que deverá assumir, pessoal e diretamente, a gestão administrativa do contrato, a execução e coordenação dos serviços.

5.3.5.3. O PREPOSTO deverá assegurar que as determinações do CONTRATANTE sejam disseminadas junto à CONTRATADA com vistas à alocação dos profissionais necessários para execução das Ordens de Serviços.

5.3.5.4. O PREPOSTO deverá acompanhar e manter-se atualizado quanto aos chamados técnicos de suporte e às manutenções corretivas.

5.3.5.5. O PREPOSTO deverá atender às instruções do CONTRATANTE quanto à execução e aos horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências do CJF.

5.3.5.6. O PREPOSTO deverá apresentar seus recursos técnicos com pontualidade, de acordo com os horários fixados pelo CONTRATANTE, para fins de execução dos serviços contratados.

5.3.5.7. O PREPOSTO deverá responsabilizar-se pela limpeza e conservação dos ambientes onde desempenhe seus serviços.

5.3.5.8. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado.

5.3.5.9. A CONTRATADA deverá manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação.

5.3.5.10. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários à perfeita instalação, execução e funcionamento de suas atividades.

5.3.5.11. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao CJF ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da entrega dos insumos pelo CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

5.3.5.12. A CONTRATADA deverá cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

5.3.5.13. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e PREPOSTOS, quando nas dependências do CJF, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

5.3.6. A CONTRATADA assumirá, sem que haja responsabilização do CONTRATANTE, todos os encargos, tributos e multas, devendo:

5.3.6.1. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como mão de obra, ferramentas, equipamentos, taxas, emolumentos, encargos sociais.

5.3.6.2. Arcar com as despesas de retirada, deslocamento e reinstalação de componentes a serem mantidos ou substituídos.

5.3.6.3. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus recursos técnicos, inclusive com as glosas previstas, quando da execução dos serviços especificados nas Ordens de Serviços.

5.3.6.4. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

5.3.6.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

5.3.6.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

5.3.6.7. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

5.3.6.8. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionada com a execução do objeto deste contrato.

5.3.6.9. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes de ações judiciais que o CONTRATANTE for compelido a responder por força desta contratação.

6 – MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Todas as requisições de execução de serviço serão formalizadas pelo Contratante à Contratada por meio de Ordem de Serviço.

6.2. Serão considerados como “Ordem de Serviço” todos os chamados de suporte corretivo, solicitações de serviços encaminhados por e-mail, aprovações de cronogramas de atividades e pedidos formalizados em documentação apropriada.

6.2.1. No caso de Ordens de Serviço abertas por meio de chamadas telefônicas ou e-mail, a Contratada deverá fornecer um número de identificação do pedido, e os prazos de atendimento definidos neste Termo de Referência terão início a partir do registro da solicitação por telefone ou do recebimento do e-mail.

6.2.2. Os demais formatos de solicitação deverão estar assinados pelo Contratante e obter o visto ou comprovante de entrega da Contratada.

6.3. As manutenções preventivas programadas deverão ser acordadas em reunião com o Contratante, com especial atenção à periodicidade de execução dos serviços, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, criando um cronograma de análise a ser aprovado pela área responsável.

6.3.1. No caso de alterações do cronograma, deverá ser observado o mesmo procedimento definido anteriormente.

6.4. Para a manutenção corretiva, o modelo de execução deverá ser por Chamado de Suporte Técnico, acionando diretamente a Contratada, a ser realizado pela área responsável quando detectada a falha ou erro. O chamado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

6.4.1. Data e horário de abertura do chamado.

6.4.2. Descrição do erro ou falha relatada ou detectada.

6.4.3. Classificação do impacto do erro na execução dos serviços, obedecendo às definições contidas no item Níveis Mínimos de Serviço deste Termo de Referência;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

6.4.4. O fechamento do chamado será condicionado à prestação das seguintes informações pela contratada:

- I. Resultado da análise de impacto ou de riscos sobre o ambiente.
- II. Correção aplicada.
- III. Recomendações para evitar a repetição da falha.

6.5. Os chamados de suporte técnico encaminhados por e-mail deverão atender os mesmos critérios do item anterior e poderão ser abertos pelo CONTRATANTE quando as especificações dos problemas, falhas ou dúvidas requererem maior detalhamento e/ou arquivos anexos que fundamentem a solicitação, para análise e estudo da CONTRATADA.

6.6. Todos os chamados deverão ser atendidos dentro do prazo especificado no presente termo.

6.7. A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento e suporte para ligações gratuitas, modelo 0800, ou por telefone com DDD de Brasília-DF, a quem caberá registrar e fornecer o número do chamado ou pedido no primeiro contato técnico.

6.8. Para a manutenção evolutiva dos softwares a Contratada deverá efetuar todos os testes de adequação do ambiente contratado antes de efetivar a recomendação de aplicação ou não, devendo proceder da seguinte forma:

6.8.1. Providenciar os novos licenciamentos se for o caso, em nome do CJF e encaminhá-los para o Contratante.

6.8.2. Efetuar análise das alterações em comparação com a versão atual que estiver instalada.

6.8.3. Fazer, em ambiente próprio, não sendo admitidos no ambiente contratado do CJF, todos os testes de compatibilidade.

6.8.4. Emitir relatório de análise e testes e de recomendações de aplicações para que seja aprovado pela área responsável.

6.8.5. Efetuar a instalação das versões propostas após autorização, de acordo com o cronograma definido pelo Contratante.

6.8.6. Respeitar os prazos definidos neste termo para essa atividade.

6.9. No que tange às Certificações ABNT NBR 15247 e NBR 60529 do ambiente contratado, a contratada deverá propor um cronograma de testes e garantia das certificações, assim como de visitas dos órgãos certificadores quando for o caso.

6.10. A cada 6 (seis) meses da data de assinatura do contrato, ou termo aditivo quando for o caso, a Contratada deverá fazer um diagnóstico de utilização do ambiente, emitindo parecer da situação existente, caracterizando as condições de uso e capacidade disponível para novas instalações.

6.10.1. Emitir o relatório de análise e proposições de melhorias para análise do Contratante.

6.10.2. Executar, após autorização do Contratante, as melhorias propostas.

6.11. Os chamados e/ou pedidos de serviços deverão ser analisados pela CONTRATADA e encaminhados à área responsável do CONTRATANTE quando necessitarem de aprovação para execução ou quando não atenderem aos seus requisitos de competência contratados.

6.12. A CONTRATADA providenciará remessa tempestiva, via e-mail, ao CONTRATANTE informando cada abertura e fechamento do suporte efetuado por força da presente contratação.

6.13. Ao receber a devolução da Ordem de Serviço da CONTRATADA, deverá o demandante validar se foram executados corretamente os serviços descritos e se foram alcançados os resultados esperados.

6.14. A CONTRATADA não poderá se negar ou deixar de executar nenhuma Ordem de Serviço demandada cujo teor esteja previsto no Contrato.

6.15. Caso a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço conforme as condições demandas, deverá comunicar ao fiscal ou gestor por escrito e com antecedência em relação ao prazo de conclusão, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

6.16. Para adequação dos serviços ou da qualidade de prestação dos mesmos, poderão ser acordados entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, procedimentos que deverão ser documentados e assinados entre as partes, permitindo assim novo direcionamento quanto àquelas atividades



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

7 – MODELO DE REMUNERAÇÃO

7.1. A homologação de cada Ordem de Serviço estará sujeita à aprovação pelo CONTRATANTE;
7.2. O não cumprimento de qualquer indicador de Nível de Serviço, que não tenha sido devidamente justificado pela CONTRATADA, ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pelo CJF, implicará em redutor na fatura (glosa). A aplicação da glosa servirá ainda como indicador de desempenho da CONTRATADA na execução dos serviços.

7.2.1. A CONTRATADA sofrerá, sobre o valor da fatura, as glosas previstas no item 9.10 por cada Ordem de Serviço que não atingir ao respectivo Nível Mínimo de Serviço aplicável..

7.2.2. No caso de aplicação de glosa referente ao mesmo indicador de Nível Mínimo de Serviço, durante três meses consecutivos, ou cinco meses intervalados durante os últimos 12 meses, serão aplicadas as sanções administrativas previstas no Contrato.

7.3. A CONTRATADA deverá ser comunicada, até o 4º (quarto) dia útil do mês 19subseqüente, por meio do Relatório de Atividades, do valor total a ser faturado, , assim como as glosas aplicadas, devendo a mesma apor a ciência e devolver ao Gestor juntamente com a nota de cobrança.

7.4. As glosas deverão ser aplicadas quando não atenderem ao resultado esperado e/ou quando as ordens de serviços não forem concluídas dentro do prazo previsto.

7.5. O faturamento deverá ser mensal, mediante apresentação de nota de cobrança consolidada, determinando o valor total aprovado pelo CONTRATANTE no Relatório de Atividades, e já descontadas as glosas aplicadas em função do não atendimento dos níveis de qualidade definidos nas Ordens de Serviços.

7.6. No caso de discordância das glosas aplicadas numa Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar o recurso que será analisado pela Área Administrativa.

7.7. Se a decisão da Administração for favorável ao recurso da CONTRATADA, a mesma emitirá a nota de cobrança adicional para que seja efetuado o pagamento referente ao custo glosado.

7.8. A nota de cobrança emitida pela CONTRATADA deverá ser atestada pelo Gestor do Contrato e encaminhada para a área financeira efetuar o pagamento, acompanhada do Relatório de Atividades e da documentação comprobatória das glosas.

7.9. A CONTRATADA estará sujeita, independentemente das Penalidades previstas, a aplicação de redutor na fatura (glosa) pelo não cumprimento de qualquer indicador de Nível Mínimo de Serviço, aplicáveis sobre o Valor Mensal Contratado, nos seguintes casos:

7.9.1. Glosa de 2% (dois por cento), para cada dia de atraso, pela não entrega de cada relatório de visita técnica prevista no subitem de “Requisitos Internos Funcionais”, até o limite de 30% (trinta por cento) se o atraso for superior a 10 (dez) dias.

7.9.2. Glosa de 5% (cinco por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade crítica, limitado até 4 (quatro) horas de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).

7.9.3. Glosa de 3% (três por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade alta, limitada até 06 (seis) horas de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).

7.9.4. Glosa de 2% (dois por cento), para cada hora de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade média, limitada até 12 (doze) horas de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).

7.9.5. Glosa de 5% (cinco por cento), para cada dia de atraso, pela não resolução dos chamados com severidade baixa, limitada até 04 (quatro) dias de atraso, quando se aplicará o percentual de 30% (trinta por cento).

7.9.6. Glosa de 10% (dez por cento), para cada dia de atraso, pela não substituição de qualquer equipamento defeituoso por outro novo.

7.9.7. Glosa de 01% (um por cento), para cada dia de atraso, pela não atualização das plantas do layout de distribuição dos equipamentos dentro da Sala-cofre, bem como do quadro unifilar de energia, de acordo com as mudanças no ambiente previstos, quando superior a 30 (trinta) dias da alteração.

7.9.8. Glosa de 1/30 (um trinta avos), para cada dia de atraso, pela não entrega do relatório de análise proativa mensal na data prevista no cronograma, ou no primeiro dia útil caso a data prevista seja de um final de semana ou feriado.

7.10. No caso em que os atrasos forem superiores aos limites previstos no subitem anterior, além da aplicação das glosas previstas, a CONTRATADA deverá ser advertida pela Administração do Contratante, sendo uma advertência para cada ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

8 – CAPACITAÇÃO DOS FORNECEDORES

8.1. São considerados requisitos obrigatórios para concorrer à prestação dos serviços propostos no presente Termo:

8.1.1. Comprovar, no momento de habilitação, ter atendido aos requisitos de habilitação exigidos para participação do pregão.

8.2. Realizar Vistoria Técnica sobre o ambiente a ser mantido:

8.2.1. A Vistoria Técnica terá como objetivo dar ciência à empresa quanto aos seguintes itens:

8.2.2. Locais onde deverão ser realizados os serviços contratados, como CPDs, ativos de redes, dutos de cabeamento, periféricos de apoio e setores de demanda e aprovação.

8.2.3. Áreas destinadas à CONTRATADA para execução dos serviços.

8.2.4. Softwares, aplicativos e ferramentas auxiliares em utilização no momento da vistoria.

8.2.5. A Vistoria Técnica deverá ser realizada por profissional especificamente designado pela licitante, nesta fase denominado como “Gerente Técnico”, que será a interface de contato técnico entre o Conselho da Justiça Federal e a LICITANTE para participar das reuniões de alinhamento tecnológico. O Gerente Técnico de projeto deverá garantir todo o sigilo e reserva das informações internas da Organização.

8.2.6. A designação deverá ser realizada por procuração ou autorização da empresa em nome do Gerente Técnico, em papel timbrado, em que constem informações identificadoras como nome e CPF do autorizado e CNPJ do autorizador.

8.2.7. A procuração ou autorização deverá ser acompanhada de cópia do documento de identidade do profissional indicado como Gerente Técnico

8.3. O Gerente Técnico, para iniciar a Vistoria, deverá assinar um Termo de Confidencialidade quanto às informações técnicas a serem repassadas pela equipe do Contratante, conforme modelo apresentado no Anexo III.

8.4. Caso não seja apresentada a documentação acima exigida, nenhuma informação será repassada à empresa, e não será emitido o Termo de Vistoria.

9 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Critérios de habilitação. Será considerada habilitada para participar do certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, a empresa que apresentar:

9.1.1. Termo de Vistoria, assinado pela equipe técnica de Infraestrutura do CJF, declarando ter conhecimento da ambiente objeto da contratação, condições físicas, estruturais, ambientais e locais de manutenção:

I. A visita técnica deverá ocorrer por horário marcado, e será agendada pela área de infraestrutura de TI através do telefone (61) 3022 7400/ 7403.

II. O agendamento de visita poderá ocorrer até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e horário de abertura do processo licitatório.

III. A vistoria técnica deverá ser realizada em até, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas da abertura do processo licitatório.

9.1.2. Apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional comprobatório(s) de que a empresa proponente tenha prestado ou esteja prestando serviço de manutenção preventiva e corretiva da sala-cofre certificada ABNT NBR 15247 e NBR 60529, com uma configuração mínima de:

9.1.2.1. célula estanque com paredes ou painéis e portas corta-fogo;

9.1.2.2. piso elevado;

9.1.2.3. sistema de climatização de precisão;

9.1.2.4. sistema de detecção e combate a incêndio com uso de gás inerte;

9.1.2.5. instalações elétricas (quadro de distribuição, tomadas e iluminação);

9.1.2.6. cabeamento estruturado com emprego de cabos em fibra óptica e UTP.

9.1.3. Apresentar declaração de que todo o material a ser utilizado é de primeira qualidade e está em conformidade com as normas estabelecidas pela ABNT, INMETRO e normas ISO;

9.1.4. Caso a empresa proponente não seja a fabricante dos produtos, deverá apresentar juntamente com sua proposta a comprovação de que possui em seu corpo técnico permanente, pelo menos um técnico com certificação oficial fornecida pelo(s) fabricante(s) ao menos dos subsistemas abaixo relacionados, a fim de garantir a qualidade da prestação do serviço de instalação e/ou suporte técnico compatível com o objeto deste Edital:

9.1.4.1. Célula Estanque;

9.1.4.2. Elétrico;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

9.1.4.3. Climatização de precisão;

9.1.4.4. Detecção de incêndio

9.2. Critérios técnicos. Apresentar termo de conhecimento (declaração) das atividades relacionadas com o objeto licitado e demais condições vistoriadas, declarando ter capacitação técnica para atender a todos os requisitos especificados no edital.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preço. Os preços propostos deverão ser especificados em moeda nacional, sendo considerada vencedora a que apresentar menor preço global.

9.4. Critérios de julgamento. Para participar do certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, as concorrentes deverão obrigatoriamente apresentar os itens acima relacionados.

9.4.1. A não apresentação de quaisquer dos documentos acima relacionados implicará na desclassificação da concorrente.

9.5. A critério da Administração poderá ser necessário diligenciar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado.

9.6. A critério da Administração, e quando assim entender necessário, antes de emitir o parecer de desclassificação, poderão ser solicitados novos esclarecimentos complementares e por escrito da concorrente que possibilite fundamentar a desclassificação ou aceitabilidade das informações encaminhadas nas planilhas de custos.

9.7. É vedada a participação de empresas em consórcio. Os atestados de capacitação técnica, documentações e comprovações necessárias para que a administração comprove a veracidade das informações deverão conferir com o CNPJ da empresa licitante.

10 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

10.1.1. O Gestor do Contrato será responsável por:

10.1.1.1. Aprovar e fiscalizar o cronograma de atividades proativas.

10.1.1.2. Aprovar a atualização da documentação “Como-construído” (*as built*).

10.1.1.3. Supervisionar a execução e implantação dos produtos objetos das Ordens de Serviços.

10.1.1.4. Checar e aprovar os relatórios de serviços encaminhados pela CONTRATADA.

10.1.1.5. Analisar a qualidade dos serviços realizados pela CONTRATADA e aplicar as glosas quando não atendidos os padrões exigidos.

I - No caso de proposta de glosa, anexar os documentos comprobatórios do não atendimento às exigências.

10.1.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

10.1.1.7. Determinar as datas e os horários para realização das manutenções programadas, prevendo o mínimo de impacto nas atividades dos usuários.

10.1.1.8. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a apresentação de documentos que comprovem a validação e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação previstas no ato convocatório.

10.1.1.9. Manter representante do Contratante devidamente autorizado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência.

10.1.1.10. Atestar e encaminhar cópia do Relatório de Atividades ao PREPOSTO para conhecimento e emissão da nota de cobrança até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços;

10.1.1.11. Atestar a nota de cobrança encaminhada pela CONTRATADA e enviá-la, juntamente com o Relatório de Atividades, à área administrativa para providências.

10.1.1.12. Encaminhar a documentação comprobatória de penalizações ou multas administrativas para os setores responsáveis e solicitar providências.

10.1.2. A Área Administrativa, além das obrigações normalmente imputadas legalmente, será responsável por:

10.1.2.1. Permitir o acesso dos representantes e dos recursos técnicos da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados e respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

10.1.2.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto desta contratação.

10.1.2.3. Fiscalizar, com apoio da área técnica, o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das exigências legais e de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

10.2. APROVAÇÃO E ATESTAÇÃO TÉCNICA

10.2.1. A Ordem de Serviço somente poderá ser encerrada quando todos os objetivos propostos forem plenamente atingidos, devidamente aceitos pela área técnica responsável, aprovada e atestada pelo Gestor.

10.2.2. Antes do fechamento de cada Ordem de Serviço a CONTRATADA consultará o representante responsável, que avaliará e aprovará o serviço realizado.

10.2.3. Caso a Ordem de Serviço seja encerrada pela CONTRATADA sem anuência da área demandante ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberta e os prazos serão contados em continuidade ao exposto inicialmente na abertura original do chamado e/ou Ordem de Serviço, inclusive para efeito de aplicação das glosas e sanções previstas.

10.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

10.3.1. Para execução do contrato e atendimento das tarefas demandadas, nas Ordens de Serviços deverá a CONTRATADA atender os seguintes níveis mínimos de serviços:

10.3.1.1. Suporte e manutenção emergencial de acordo com os Níveis de Serviço contratados.

10.3.1.2. Manutenções programadas deverão ser executadas preferencialmente fora dos horários normais de expediente, ou seja, pela madrugada ou em feriados e finais de semana, e de acordo com a autorização e programação do CONTRATANTE.

10.3.1.3. Encerrar os chamados de suporte a usuários, relatando os serviços executados.

10.3.2. Para efeito de classificação dos problemas relatados pelo Contratante, a Central de Suporte da CONTRATADA, deverá registrar e classificar os problemas e falhas conforme nível de Severidade, nas seguintes condições:

10.3.2.1. Severidade CRÍTICA, para problemas que afetam de forma crítica os serviços de TI do CONTRATANTE, deixando o ambiente sem condições de operação, causando impactos significativos em seu desempenho, existindo ou não a parada dos serviços.

10.3.2.2. Severidade ALTA, para problemas ou dúvidas graves, que prejudicam a operação do ambiente, causando impactos significativos em seu desempenho, e que não promova a parada dos serviços.

10.3.2.3. Severidade MÉDIA, para problemas ou dúvidas que criam algumas restrições à operação do ambiente, e que não causam impacto significativo sobre a produtividade ou disponibilidade dos serviços de TI do CONTRATANTE.

10.3.2.4. Severidade BAIXA, para problemas ou dúvidas que não afetam a operação do ambiente e que exigem ações para esclarecimentos técnicos, monitoração de serviços, execução ou acompanhamento de rotinas sobre o ambiente objeto da contratação.

10.3.3. Para tratamento dos problemas classificados como de severidade CRÍTICA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

10.3.3.1. A CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após abertura e promover um esforço concentrado, presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 02 (duas) horas, contadas a partir da abertura do chamado.

10.3.3.2. Se após a 01ª (primeira) hora de atendimento o serviço não for restabelecido, a CONTRATADA obrigatoriamente deverá utilizar todos os seus recursos e especialistas no dispositivo ou solução causadora do problema.

10.3.3.3. O atendimento aos problemas classificados como de severidade CRÍTICA não poderá ser interrompido até a recuperação do ambiente objeto da contratação e funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados.

10.3.3.4. Neste caso deverá haver o acompanhamento de responsável técnico do CONTRATANTE, para apoio administrativo e gerencial.

10.3.3.5. Após restabelecimento do serviço e solução do problema, a CONTRATADA deverá confeccionar o "Relatório de Ocorrências Críticas", relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas e as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência da falha.

10.3.4. Para tratamento dos problemas classificados como de severidade ALTA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

10.3.4.1. A CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico imediatamente após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 12 (doze) horas, contadas a partir do início da abertura do chamado.

10.3.4.2. Se após as 04 (quatro) horas iniciais do atendimento o serviço não for restabelecido, a CONTRATADA obrigatoriamente deverá realizar o atendimento localmente, utilizando-se de todos os seus recursos especialistas no dispositivo ou solução causadora do.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

10.3.4.3. O atendimento aos problemas classificados como de severidade ALTA não poderá ser interrompido até a recuperação do funcionamento dos serviços e aplicações envolvidas, mesmo que se estenda por períodos diversos dos iniciados.

10.3.4.4. Neste caso deverá haver o acompanhamento de responsável técnico do CONTRATANTE, para apoio administrativo e gerencial.

10.3.4.5. Após restabelecimento do serviço e solução do problema, a CONTRATADA deverá confeccionar o "Relatório de Ocorrências", relatando os fatos promotores e falhas detectadas, os efeitos provocados, as soluções e intervenções promovidas, os motivos causadores dos problemas, as sugestões e aplicabilidades necessárias para impedir a reincidência.

10.3.5. Para tratamento dos problemas classificados como de severidade MÉDIA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

10.3.5.1. A CONTRATADA deverá iniciar o suporte técnico em até 12 (doze) horas após abertura e promoverá um esforço concentrado, remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do início do atendimento.

10.3.5.2. Após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o "Registro de Ocorrência", relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o "link" da documentação adotada.

10.3.6. Para tratamento dos problemas classificados como de severidade BAIXA, deverão ser atendidas as seguintes condições:

10.3.6.1. Iniciar o suporte técnico em até o primeiro dia útil seguinte à solicitação ou detecção da falha, com vistas a aplicar as soluções necessárias em até 07 (sete) dias úteis, contadas a partir da data de abertura do chamado.

10.3.6.2. Após a correção e solução do problema, a CONTRATADA deverá efetivar o "Registro de Ocorrência", relatando resumidamente as falhas detectadas e intervenções promovidas, para impedir a reincidência do problema e o "link" da documentação adotada.

10.3.7. A Contratada deverá efetuar, no prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas, sem que isso implique acréscimos aos preços contratados, a substituição de qualquer equipamento por outro novo, de primeiro uso, com características idênticas ou superiores, nos seguintes casos:

10.3.7.1. Se apresentar divergência com as especificações do equipamento defeituoso retirado do ambiente do CJF.

10.3.7.2. Se, no período de 30 (trinta) dias corridos, contados após a abertura de chamado técnico, ocorrer defeitos recorrentes que não permitam seu correto funcionamento, mesmo tendo havido substituição de peças e componentes mecânicos ou eletrônicos.

10.3.8. Por necessidade de serviço, o CONTRATANTE poderá solicitar a escalção de problema para níveis superiores de severidade.

10.3.9. Os prazos para solução dos problemas técnicos escalados passam a contar do início novamente.

10.4. SANÇÕES E PENALIDADES

10.4.1. A CONTRATADA ficará sujeita, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, de execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

10.4.1.1. Advertência

10.4.1.2. Multa de:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado, por dia de atraso na entrega do cronograma de visitas e vistorias mensais, limitado a 10% (dez por cento).

II - 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total de quaisquer das obrigações previstas.

III - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, no caso do ambiente objeto da contratação perder a certificação NBR ABNT 15247 ou NBR 60529, com o grau de proteção IP67.

10.4.1.3. Advertência, após comunicação do Gestor do Contrato e emitida pela área administrativa do CONTRATANTE, toda vez que atingir glosa máxima por exceder o prazo previsto e limite de solução.

10.4.1.4. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei n. 8.666/1993;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

10.4.1.5. O valor da multa aplicada, após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrado judicialmente;

10.4.1.6. Excepcionalmente, ad cautelam, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo;

10.4.1.7. A interposição de recursos aos atos da Administração por parte da CONTRATADA será nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

11 – (...)

12 – (...)

13 – (...)

14 – (...)



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	MÊS REFERÊNCIA:
Contrato Número Contratada	VALOR MENSAL (R\$)

CONSOLIDAÇÃO MENSAL DOS SERVIÇOS

LISTA DE ATIVIDADES REALIZADAS

Item Contratual	Quantidade Executada	Quantidade Aprovada	Quantidade Glosada	Desconto das Glosas	Custo Mensal Aprovado
TOTAL					

RESUMO DESCRITIVO DAS GLOSAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	% APLICADO	CUSTO TOTAL DA GLOSA
TOTAL DE GLOSAS			

ATESTADO DO GESTOR

Ao Preposto,
Atesto e aprovo os valores e quantitativos acima especificados e solicito a emissão da Nota Fiscal, nos parâmetros do presente relatório para que seja efetuado o pagamento. Caso não concorde com os valores descontados por razão de glosas, deverá encaminhar recurso com exposição das razões para a Secretaria de Administração, a quem caberá a decisão final.

Gestor do Contrato
Carimbo/Data

Aceitação

() De acordo com o ateste acima () Acordo parcial

Preposto da Contratada
Carimbo/Data



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO II AO CONTRATO Nº 30/2011 - CJF

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE ÚNICO			
ITEM	Descrição	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Serviço de manutenção preventiva programada, corretiva, evolutiva, com substituição de peças, componentes e equipamentos da sala-cofre, conforme descrito no Anexo I deste Edital.	R\$ 26.500,00	R\$ 318.000,00

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1



EMISSAO : 29Set11 NUMERO: 2011NE000584 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 090026/00001 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL
CNPJ : 00508903/0001-88 FONE: 3022-7000 E 3022-7561(EXEC. ORÇAM. FINANCE
ENDERECO : SCES, LOTE 09, TRECHO 03, POLO 08
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70200-003

CREDOR : 01011976/0001-22 - ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA LTDA
ENDERECO : SETOR COMERCIAL SUL QUA 219 ASA-SUL UF: DF CEP: 70304-913
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

CLASS : 1 12101 02061056942570001 000821 0100000000 339039 000000

TIPO : ESTIMATIVO

MODALIDADE DE LICITACAO: PREGAO

INCISO:

PROCESSO: 2011160442

AMPLO:

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF /

ORIGEM DO MATERIAL :

NUM. ORIG.:

REFERENCIA DA DISPENSA:

VALOR EMPENHO : 53.001,00
CINQUENTA E TRES MIL E UM REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 17 -MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 53.001,00
VALOR DO SEQ.: 53.001,00

PRESTACAO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO AMBIENTE SEGURO
DO DATACENTER(SALA COFRE), CONFORME EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 32/2011-CJF.

T O T A L : 53.001,00

ANTONIO H. M. DE S. BRITO
ORDENADOR

MARCIO GOMES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO

Joseni Nonato da Silva
Subsecretário da SUORF, em exercício



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 133/2011 - UASG 020001

Nº Processo: 010946/10-1. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de peças para a montagem de placas de sinalização de vagas para deficientes, idosos, privadas e de indicação, nos estacionamentos do SENADO FEDERAL, com entrega imediata, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00020. Edital: 05/10/2011 de 08h30 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Senado Federal, Via N-2, Bloco de Apoio II, Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/10/2011 às 09h30 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital completo deste Pregão Eletrônico, encontra-se disponível no site do Senado Federal. Qualquer divergência entre a descrição do CATSER e/ou CATMAT, prevalecerá sempre a descrição do edital.

WESLEY GONCALVES DE BRITO
Pregoeiro

(SIDE/C - 04/10/2011) 200017-02011-2011NF-000045

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2011

A Pregoeira do STF informa que no Pregão Eletrônico nº. 116/2011 - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos blindados de representação - declarou vencedora a empresa MAX 3 Locação de Veículos Ltda - ME.

VIRGINIA DI. OLIVEIRA DANTAS

(SIDE/C - 04/10/2011) 040001-00001-2011NF-000001

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato n. 76/2010 celebrado entre o STF e a empresa Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - APAE/DF (Processo 339.940). Objeto: Repactuar o salário dos profissionais ocupantes dos postos de trabalho e prorrogar a vigência do Contrato. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura/Vigência: 03/10/2011. Prorrogação: 29/11/2011. Assinam: Pelo STF, Sr. Alcides Diniz da Silva - Diretor-Geral; pela APAE/DF, Sra. Diva da Silva Marinho.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica n. 22/2011 celebrado entre o Supremo Tribunal Federal e o Instituto de Advogados de São Paulo - IASP (Processo 346.372). Objeto: Estabelecer condições para a divulgação, pela TV Justiça, de programa de curso educativo, produzido pelo Instituto de Advogados de São Paulo. Assinatura/Vigência: 04/10/2011. Assinam: Pelo STF, Washington Luiz Ribeiro da Silva - Secretário de Administração e Finanças; pelo IASP, Sra. Ivette Senise Ferreira.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato n. 98/2010 celebrado entre o STF e a empresa A2P Distribuidora e Logística Ltda-ME. (Processo 341.738). Objeto: Remanejamento do quantitativo de revistas objeto do Contrato. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura/Vigência: 03/10/2011. Assinam: Pelo STF, Sr. Washington Luiz Ribeiro da Silva - Secretário de Administração e Finanças; pela Contratada, Sr. Pedro Ferreira da Silva Filho.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 28/2011 firmado entre o CNJ e a empresa C. Dias EPP. CNPJ 01.672.499/0001-46. Processo nº. 343.080. Objeto: aquisição, instalação, manutenção e remanejamento de persianas verticais. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico n. 26/2011. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R\$ 14.666,16. Programa de Trabalho: 02.032.1389.2865.0001. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 e 4.4.90.52. Data da Assinatura: 3/10/2011. Vigência: doze meses, a partir da assinatura, ressalvado o período da garantia previsto no parágrafo sétimo da Clausula Quinta. Signatários: pelo CNJ, Helena Yacoo Fujita Azuma - Diretora-Geral; pela Contratada, Cleimilson Dias - Sócio.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00032011100500157

Contrato nº 27/2011 firmado entre o CNJ e a empresa Inforline Indústria e Comércio de Móveis Ltda. CNPJ 81.076.237/0001-14. Processo nº. 345.630. Objeto: fornecimento de mobiliário. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico n. 02/2011. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R\$ 15.709,00. Programa de Trabalho: 02.032.1389.2865.0001. Natureza da Despesa: 4.4.90.52. Data da Assinatura: 26/9/2011. Vigência: a partir da assinatura até o recebimento definitivo do objeto, ressalvada a garantia que abrangerá o período de cinco anos, seguintes ao recebimento definitivo. Signatários: pelo CNJ, Helena Yacoo Fujita Azuma - Diretora-Geral; pela Contratada, José Augusto Tedeschi - Sócio.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 25/2011 celebrado entre o CNJ e a empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda. CNPJ 05.208408.0001-77. Processo: 346.005. Objeto: prorrogação da vigência do contrato por trinta dias, a partir de 2/10/2011. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Programa de trabalho: 02.126.1389.1K27.0001. Natureza da Despesa: 3.3.90.37. Data de Assinatura: 29/9/2011. Vigência, a partir da data de assinatura. Signatários: pelo CNJ, Helena Yacoo Fujita Azuma - Diretora-Geral; pela Contratada, Maycon Roger Pereira - Sócio Administrador.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato n. 06/2009 celebrado entre o CNJ e a empresa Brasfort Administração e Serviços Ltda. CNPJ 36.770.857/0001-38. Processo: 344.559. Objeto: prorrogação da vigência do contrato por doze meses, a contar de 13/1/2012. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Programa de trabalho: 02.032.1389.2865.0001. Natureza da Despesa: 3.3.90.37. Data de Assinatura: 3/10/2011. Vigência: a partir da data de assinatura. Signatários: pelo CNJ, Helena Yacoo Fujita Azuma - Diretora-Geral; pela Contratada, Roberto Bandeira de Negreiros.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2011 - UASG 040003

Nº Processo: 344.104. Objeto: Aquisição de fitas BETACAM SP e de fitas de vídeo DVCAM, conforme especificações e condições estabelecidas nos Anexos I e II. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 05/10/2011 de 12h00 às 17h59. Endereço: Praça Dos Três Poderes, Anexo I, 3º Andar, Ala B Brasília - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/10/2011 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital para consulta e download nos sites www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R\$ 0,10 por folha.

GETULIO VAZ
Pregoeiro

(SIDE/C - 04/10/2011) 040003-00001-2011NF-000064

SECRETARIA GERAL DIRETORIA GERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº processo: 345.677. Objeto: Prestação de serviços postais, telefônicos e adicionais. Contratado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. CNPJ nº 34.028.316/0007-07. Fundamento Legal: art. 24, inciso VIII da Lei 8.666/93. Valor total: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Declaração de Dispensa: em 27/09/2011, por Helena Yacoo Fujita Azuma, Diretora-Geral. CPF nº 135.525.038-20. Ratificação: em 28/09/2011, por Fernando Marcondes, Secretário-Geral. CPF nº 007.970.488-39.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº processo: 346.475. Objeto: Evento externo de capacitação - Seminário HSM - Jeffrey Pfeffer. Contratado: HSM do Brasil S.A., CNPJ nº 01.619.385/0001-32. Fundamento Legal: art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, da Lei 8.666/93. Valor total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Declaração de Inexigibilidade: em 28/09/2011, por Selma Vera Cruz Mazzaro, Coordenadora de Gestão de Pessoas, CPF nº 287.718.771-34. Ratificação: em 28/09/2011, por Helena Yacoo Fujita Azuma, Diretora-Geral. CPF nº 135.525.038-20.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2011 - UASG 070001

Nº Processo: 12826/2011. Objeto: Registro de preços, por lote, para eventual aquisição de suprimentos para impressora laser Canon, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 00032. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 12h00 e de 12h às 17h00. Endereço: Pça. dos Tribunais Superiores, bloco C (Secretaria de Administração) Ass. Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Conforme edital.

EDENNEITH SOARES DE SOUSA E SILVA
Pregoeira

(SIDE/C - 04/10/2011) 070001-00001-2011NF-000001

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2011 - UASG 070001

Nº Processo: 140222011. Objeto: Registro de preços, por lote, para eventual aquisição material de consumo, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 00024. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 12h30 e de 13h às 17h30. Endereço: Pça. dos Tribunais Superiores, bloco C (Secretaria de Administração) Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Conforme Edital.

LILIAN ZEIDAN DE OLIVEIRA
Pregoeira

(SIDE/C - 04/10/2011) 070001-00001-2011NF-000001

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE RESCISÃO

Termo de Rescisão Unilateral do Contrato TSE nº 8/2011. CONTRATADA: JBI House Brasil Ltda. OBJETO: rescindir unilateralmente o Contrato TSE nº 8/2011, a partir da data de publicação deste extrato, tendo em vista a inexecução de cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: art. 78, I, e/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. ASSINATURA: 04/10/2011. ASSINA: Anderson Vidal Corrêa, Secretário de Administração do TSE. PA nº 38.049/2010.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário nº 2011NF001563, emitida em 30/09/2011. FAVORÉCIDO: Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP. OBJETO: Inscrição de servidores em curso. VALOR: R\$ 3.990,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. PA: 21.667/2011.

Nota de Empenho Ordinário nº 2011NF001571, emitida em 03/10/2011. FAVORÉCIDO: Empório Vértice Editora e Distribuidora de Livros Ltda.. OBJETO: Aquisição de livros nacionais. VALOR: R\$ 4.292,18. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. PA: 6.139/2011.

Nota de Empenho Ordinário nº 2011NF001579, emitida em 03/10/2011. FAVORÉCIDO: Escola de Negócios Conexões - Educação Empresarial Ltda. OBJETO: Inscrição de servidores em curso. VALOR: R\$ 4.560,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. PA: 22.459/2011.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 49/2011

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORA: KF Construções Ltda.

RAHELLE BRUMGARTNER ALENCAR
Pregoeira

(SIDE/C - 04/10/2011) 050001-02011-2011NF-000023

SECRETARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo STJ 2001/11. 2º Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 76/09. CONTRATADA: Esparta Segurança Ltda. OBJETO: Prorrogação da vigência contratual, acrescido de postos de trabalho e alteração de cláusula contratual. FUNDAMENTO: Art. 57, II, c/c art. 65, inciso II e § 1º da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: 1º/10/11 a 30/9/12. ASSINATURA: 30/9/11. VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.854.046,80. CREDITO ORÇAMENTARIO PT. 02.061.0568.4236.0001. NE: 2011NF001663, no VALOR de R\$ 2.713.511,70. E.D 3.3.90.37. Global, em 13/9/11. SIGNATARIOS: Francisco Carlos Ribeiro de Almeida - Diretor-Geral/STJ, Silvio Ferreira - SAF/STJ, e Edson Martins de Almeida - Contratada.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL SECRETARIA GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2011 - C/JF

Contratante: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Contratada: ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA LTDA. Objeto: Contratação de serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Coife Modular, do Conselho da Justiça Federal, abrangendo manutenção preventiva programada, manutenção corretiva, ma-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



nutrição evolutiva de software e suporte técnico; Pregão Eletrônico nº 032/2011 e no que consta do PA nº 2011160442; Data de assinatura: 30/09/2011; Vigência: 30/09/2011 a 29/09/2012; Valor: R\$ 318.000,00; Dotação Orçamentária: 2011: PTERIS, 000.821; Elemento de Despesa: 33.90.39; Nota de Empenho: 2011NE000584 no valor de R\$ 53.001,00; Signatários: pelo Contratante: EVA MARIA FERREIRA BARROS - Secretária-Geral; Pela Contratada: GUILHERME DE SIQUEIRA BARROS - Sócio-Diretor.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2011 - CJF

Contratante: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL; Contratada: PHOTO IMAGE GRAFICA E FOTOLITOS LTDA-ME; Objeto: Acréscimo de, aproximadamente, 24,97% do valor do Contrato, a partir da assinatura, e prorrogação, por 12 meses, da vigência do Contrato, a partir de 18/01/2012; Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, art. 57, inciso II, art. 65, § 1º, c/c o item 6.4, da Cláusula Sexta, e item 8.2, da Cláusula Oitava e no que consta do PA nº 201101610346; Valor do Termo: R\$ 114.969,50; Nota de Empenho: 2011NE000577 no valor de R\$ 22.970,40; Signatários: pelo Contratante: EVA MARIA FERREIRA BARROS - Secretária-Geral; Pela Contratada: CARLOS HENRIQUE MELO GARCIA - Sócio-Gerente.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2011 - CJF

Contratante: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL; Contratada: CURINGA DOS PNEUS LTDA.; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual fornecimento e montagem de pneus novos e balanceamento de rodas para atender ao Conselho da Justiça Federal conforme consta do site www.jfjus.br; Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico nº 028/2011 e que consta do processo nº 2011161004; Data de assinatura: 30/09/2011; Vigência: 30/09/2011 a 29/09/2012; Valor da Ata: R\$ 16.800,00; Signatários: pelo Contratante: MARCIO GOMES DA SILVA - Secretário de Administração, em exercício; Pela Contratada: EDUARDO PEREIRA COELHO - Representante de Vendas/Licitações.

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 35/2011-CJF Repúblicação

OBJETO: Prestação de serviços de chaveiro. Propostas: a partir de 05-10-2011 às 14:00 horas no site www.licitacoes-e-com.br. Limite de recebimento das propostas: 18-10-2011 às 9:45. Abertura da Sessão: 18-10-2011, às 10:00 horas. O Edital do Pregão encontra-se disponível na íntegra no site www.licitacoes-e-com.br e no site www.jfjus.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (61) 3022-7510/7511, no horário das 9:00 às 19:00 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 36/2011-CJF Repúblicação

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de livrarias ou distribuidores para fornecimento livros jurídicos e de outras áreas, nacionais e estrangeiros. Propostas: a partir de 05-10-2011 às 14:00 horas no site www.licitacoes-e-com.br. Limite de recebimento das propostas: 19-10-2011 às 9:45. Abertura da Sessão: 19-10-2011, às 10:00 horas. O Edital do Pregão encontra-se disponível na íntegra no site www.licitacoes-e-com.br e no site www.jfjus.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (61) 3022-7510/7511, no horário das 9:00 às 19:00 horas.

Brasília-DF, 3 de outubro de 2011.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2011-CJF

OBJETO: Fornecimento de combustíveis. Propostas: a partir de 5-10-2011 às 14:00 horas no site www.licitacoes-e-com.br. Limite de recebimento das propostas: 20-10-2011 às 13:45. Abertura da Sessão: 20-10-2011, às 14:00 horas. O Edital do Pregão encontra-se disponível na íntegra no site www.licitacoes-e-com.br e no site www.jfjus.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (61) 3022-7510/7511, no horário das 9:00 às 19:00 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2011-CJF

OBJETO: Fornecimento de água mineral. Propostas: a partir de 5-10-2011 às 14:00 horas no site www.licitacoes-e-com.br. Limite de recebimento das propostas: 21-10-2011 às 13:45. Abertura da Sessão: 21-10-2011, às 14:00 horas. O Edital do Pregão encontra-se disponível na íntegra no site www.licitacoes-e-com.br e no site www.jfjus.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (61) 3022-7510/7511, no horário das 9:00 às 19:00 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO 40/2011-CJF

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação. Propostas: a partir de 5-10-2011 às 14:00 horas no site www.licitacoes-e-com.br. Limite de recebimento das propostas: 20-10-2011 às 9:45. Abertura da Sessão: 20-10-2011, às 10:00 horas. O Edital do Pregão encontra-se disponível na íntegra no site www.licitacoes-e-com.br e no site www.jfjus.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (61) 3022-7510/7511, no horário das 9:00 às 19:00 horas.

Brasília-DF, 4 de outubro de 2011.
RAFAEL DE FIGUEIREDO SANTOS
Pregociro

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para eventual fornecimento de material de expediente. Propostas: a partir de 5-10-2011 às 14:00 horas no site www.licitacoes-e-com.br. Limite de recebimento das propostas: 19-10-2011 às 09:45. Abertura da Sessão: 19-10-2011, às 10:00 horas.

O Edital do Pregão encontra-se disponível na íntegra no site www.licitacoes-e-com.br e no site www.jfjus.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (61) 3022-7510/7511, no horário das 9:00 às 19:00 horas.

Brasília-DF, 4 de outubro de 2011.
RAFAEL DE FIGUEIREDO SANTOS
Pregociro

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2011 - UASG 080001

Nº Processo: 504.276/2008-5. Objeto: - Confeção e instalação de gradil com vidro laminado 10mm e estrutura em alumínio. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Sfs Quadra 08 Lote 01 - Sala 333 Bloco A Trib Sup do Trab Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 14h30 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital poderá ser retirado gratuitamente no portal www.comprasnet.gov.br, ou na CL-CON/TST ao custo de R\$0,15 p/ página. Pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço cplic@tst.jus.br.

(SIDEF - 04/10/2011) 080001-00001-2011NE000057

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2011 - UASG 080001

Nº Processo: 502.785/2011-8. Objeto: Confeção e instalação de letreiros. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Sfs Quadra 8, Lote 1, Bloco A, Sala 333 - Tst Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 14h30 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital poderá ser retirado gratuitamente no portal www.comprasnet.gov.br, ou na CL-CON/TST ao custo de R\$0,15 p/ página. Pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço cplic@tst.jus.br.

JUMARA CRISTINA FERREIRA BORGES
Pregociro

(SIDEF - 04/10/2011) 080001-00001-2011NE000057

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR SECRETARIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso de área do Superior Tribunal Militar em favor da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA MILITAR - ASSJUMIL. OBJETO: Prorrogação e atualização do valor da retribuição. VIGÊNCIA: 22.09.2011 a 21.09.2012. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993. DATA DE ASSINATURA: 30.09.2011. ASSINAM: Moisés Francisco de Sousa, Diretor-Geral, pelo Superior Tribunal Militar, e Luzimar Dias Carvalho, Presidente, pela Permissionária.

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2011 - UASG 060001

Nº Processo: 149. Objeto: Serviços de instalações elétricas, hidráulicas e de ar comprimido, instalação de bomba d'água e compressor de ar, fornecimento e instalação de bases de concreto, bem como testes e informações sobre o sistema de funcionamento dos equipamentos e instalações. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 17h59. Endereço: P Dos Tribunais Superiores - Ed.sede, Sala 1103 BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/10/2011 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites: www.stm.jus.br e www.comprasnet.gov.br.

(SIDEF - 04/10/2011) 060001-00001-2011NE000003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2011 - UASG 060001

Nº Processo: 240. Objeto: Fornecimento de peças e acessórios genuínos (peças novas e de primeiro uso, distribuídas pela montadora do veículo, com garantia desta e comercializadas nas concessionárias autorizadas), para os veículos das marcas Mercedes Benz, General Motors, Volkswagen, Fiat, Honda e Toyota, pertencentes à frota do Superior Tribunal Militar, conforme edital. Total de Itens Licitados: 00006. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 17h59. Endereço: P Dos Tribunais Superiores - Ed.sede, Sala 1103 BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br.

www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites: www.stm.jus.br e www.comprasnet.gov.br.

(SIDEF - 04/10/2011) 060001-00001-2011NE000003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2011 - UASG 060001

Nº Processo: 254. Objeto: Confeção de convites e envelopes para a Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM). Total de Itens Licitados: 00007. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 17h59. Endereço: P Dos Tribunais Superiores - Ed.sede Sim, Sala 1103 Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites: www.stm.jus.br e www.comprasnet.gov.br.

(SIDEF - 04/10/2011) 060001-00001-2011NE000003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2011 - UASG 060001

Nº Processo: 244. Objeto: presa para fornecimento de medicamentos pelo prazo de 12 meses. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 17h59. Endereço: P Dos Tribunais Superiores - Ed.sede, Sala 1103 Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/10/2011 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.stm.jus.br.

(SIDEF - 04/10/2011) 060001-00001-2011NE000003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2011 - UASG 060001

Nº Processo: 259. Objeto: Serviços de impressão da Revista de Jurisprudência do STM. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/10/2011 de 08h00 às 17h59. Endereço: P Dos Tribunais Superiores - Ed.sede, Sala 1103 BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/10/2011 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites: www.stm.jus.br e www.comprasnet.gov.br.

GEOVANE FURQUIM MENDONÇA
Diretor

(SIDEF - 04/10/2011) 060001-00001-2011NE000003

1ª AUDITORIA DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2011 - UASG 060018

Nº Processo: 22/2011. Objeto: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, devidamente autorizada pela ANATEL, para a prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/10/2011 de 13h00 às 17h59. Endereço: Rua General Portinho, 426 - Centro Centro - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/10/2011 às 09h30 site www.comprasnet.gov.br.

CLOVIS FRANCISCO DA VEIGA MELLO
Técnico Judiciário

(SIDEF - 04/10/2011) 060001-00001-2011NE000003

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2011 - UASG 090027

Nº Processo: 5313/2011. Objeto: Aquisição de materiais de serralheria, vidracaria, pintura, hidráulica e marcenaria, de acordo com especificações técnicas obrigatórias, quantitativos e observações constantes do anexo I do edital Total de Itens Licitados: 00022. Edital: 05/10/2011 de 09h00 às 17h00. Endereço: Sbs Quadra 02 Bl. "d" Ed. Adriana, 2º Subsolo Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 14h30 site www.comprasnet.gov.br.

ELIZETE FERREIRA COSTA
Pregociro

(SIDEF - 04/10/2011) 090027-00001-2011NE000005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2011 - UASG 090027

Nº Processo: 54312011. Objeto: Aquisição de pastas em couro sintético Total de Itens Licitados: 00011. Edital: 05/10/2011 de 09h00 às 17h00. Endereço: Sbs Quadra 02 Bl. "d" Ed. Adriana, 2º Subsolo Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 05/10/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2011 às 14h30 site www.comprasnet.gov.br.

EDILEUSA VIDAL DOS SANTOS
Pregociro

(SIDEF - 04/10/2011) 090027-00001-2011NE000005